



Nota de Imprensa

Desafios do processo eleitoral debatidos numa mesa redonda em Maputo

O Centro de Integridade Pública (CIP) e o Mecanismo de Apoio à Sociedade Civil (MASC) organizaram na manhã desta terça-feira, em Maputo, uma mesa redonda para debater os desafios actuais do processo eleitoral em curso no País.

O evento contou com a presença de representantes de várias entidades com interesse no processo eleitoral, nomeadamente da Comissão Nacional de Eleições (CNE), Secretariado Técnico da Administração Eleitoral (STAE), organizações da sociedade civil moçambicana, embaixadores e outros diplomatas, representantes de partidos políticos e cidadãos no geral.

A mesa redonda consistiu na apresentação de temas específicos, todos ligados ao processo eleitoral e seguidas de discussão. Os principais oradores foram: Luís de Brito, director do IESE, João Pereira, director do MASC, Adriano Nuvunga, director do CIP. Houve ainda apresentações do Rev. Anastácio Chembeze, director do Observatório Eleitoral e Fernando Lima, jornalista e dirigente do jornal Savana.

Violência e extravio dos boletins de voto no centro das atenções

Paulo Cuinica centrou a sua apresentação na violência eleitoral que foi assistida durante a campanha eleitoral e que é preocupação da sociedade civil, que teme que se repita no dia da votação e no período pós-eleitoral. Aquele membro da CNE sublinhou que o órgão que representa também tem a mesma preocupação e por isso apelou para que todos os moçambicanos, principalmente os actores políticos, contribuam para que a violência não manche o processo.

Para tal falou da necessidade de evitar mensagens negativas por parte dos partidos e personalidade concorrentes porque estas levam seus seguidores a agirem com violência.

Entretanto, os presentes na sessão exigiram explicação da CNE sobre o extravio de boletins de votos do camião alugado para o transporte de material para a província da Zambézia. Cuinica respondeu que se tratou de uma falha nas regras de segurança por parte do condutor do veículo e dos agentes da Polícia indicados para a guarnição do material, que estão detidos.

Cuinica salientou que o roubo do material colocou a questão da segurança do material eleitoral como sendo um grande desafio com que a CNE deve lidar.

Os participantes quiseram, igualmente, ouvir o pronunciamento da CNE sobre a actuação da Polícia, que é manifestamente parcial, ao que Paulo Cuinica explicou que existe um o

Código de conduta para os membros da PRM que foi divulgado a todos os níveis, incluindo nas Esquadras, pelo que a actuação da PRM que tende a favorecer o partido no poder não resulta do desconhecimento das suas obrigações.

Observatório Eleitoral deixa de publicar resultados da contagem paralela

Da apresentação do reverendo Anastácio Chembeze, director do Observatório Eleitoral (OE), destaque ressalta para a mudança brusca na metodologia de trabalho desta organização. Até aqui o OE se destacou pela contagem paralela dos votos seguida de divulgação pública dos resultados apurados pelos observadores. Nestas eleições, o OE deixará de tornar público os resultados da contagem paralela, conforme revelou Anastácio Chembeze.

Anastácio Chembeze disse que não havia volta na decisão tomada, pelo que seria assim neste processo. Reconheceu ainda, quando questionado por um dos presentes, ter havido acordo assinado entre o OE e a CNE, garantindo que não haveria mais a publicação de resultados da contagem paralela.

A informação foi recebida com surpresa e preocupação pelos presentes. Na verdade a contagem paralela é a única actividade que justifica grande investimento na organização, mas quando esta contagem não é seguida da divulgação dos resultados para o público fica esvaziada.

A contagem paralela, frise-se, é um elemento fundamental para evitar a fraude eleitoral pois coloca os cidadãos a par dos resultados durante o apuramento e permite a comparação dos resultados oficiais que geralmente tardam a chegar e dos resultados dos observadores independentes.

O fim da divulgação dos resultados da contagem paralela representa grande retrocesso na transparência do processo eleitoral emprestada pela participação da sociedade civil, consideram os participantes.

O OE é financiado por fundos de doadores. Neste processo eleitoral contará com 2500 observadores presentes e pelo menos 1200 mesas, segundo anunciou Chembeze.

Eleições em contexto de corrida pelos recursos e da quebra da bipolarização política

Um estudo que versa sobre a análise de questões fundamentais das eleições gerais deste ano no país, encomendado pela Open Society Foundations, foi apresentada durante a mesa redonda por João Pereira, um dos autores do mesmo.

Na sua apresentação João Pereira destacou o contexto em que decorrem as eleições, que segundo ele é de corrida pela partilha dos recursos naturais do País. Igualmente, destacou a tendência para a quebra da bipolarização do cenário político no País, com a entrada em cena do Movimento Democrático de Moçambique (MDM), que veio alterar a tendência da disputa reduzida entre a Renamo e a Frelimo.

Pereira referiu, ainda, à questão das hostilidades militares que, embora tenham cessado formalmente, materialmente elas ainda existem e é neste contexto em que irão decorrer as eleições.

Estes pontos foram trazidos no sentido de se discutir até que ponto as hostilidades militares poderão influenciar os resultados eleitorais, alterando a vontade dos eleitores, aliado ao retorno à politização dos órgãos da administração eleitoral, particularmente a CNE, que, neste momento, representa mais os interesses dos principais partidos do que dos moçambicanos, no geral.

Evidentes ameaças de fraude eleitoral

Na sua apresentação, o director do Centro de Integridade Pública, Adriano Nuvunga centrou-se nas fragilidades do processo que abrem janelas para a ocorrência da fraude eleitoral.

Baseando-se na experiência dos processos eleitorais anteriores, Nuvunga alertou para a risco de alteração dos editais do apuramento parcial, que acontece na calada da noite, nos órgãos distritais da administração eleitoral; falou da invalidação propositada dos boletins de voto através da colocação de tinta, anulando os votos dos candidatos da oposição. “Apesar da lei ter sido alterada para proibir a existência de tintas e objectos marcadores nos locais de contagem de votos, isto ainda acontece, havendo quem esconde a tinta nos cabelos”, detalhou.

Outra ameaça de fraude trazida pelo director do CIP é o enchimento das urnas que acontece no momento da votação, uma situação que é agravada pela fraca fiscalização e existência de Membros das Assembleias de Voto (MMV's) a serviço de partidos políticos. Apesar dos partidos políticos poderem indicar os MMV's há regiões como a província de Gaza onde não é possível ser-se MMV indicado pelo partido da oposição devido a crescente intolerância política.

Colocando estes aspectos, Nuvunga ressaltou ser desafio da sociedade civil encontrar formas de garantir que estas ameaças não manchem o processo, mormente intensificando a fiscalização do processo.

Cartografia do Voto e de Campanha

Na sua apresentação, o professor Luís de Brito, director do IESE mostrou a tendência do voto nas eleições gerais e autárquicas já havidas. Indicou que enquanto na região Sul e na província de Cabo Delgado o voto é favorável à Frelimo, no centro o voto tende a ser da Renamo. Esta foi a realidade até 1999, e mudou relativamente nos últimos anos.

Esta cartografia do voto mostrou que nesta campanha eleitoral os candidatos a presidência da República estão a seguir a mesma tendência. A campanha da Renamo tem incidência no centro e norte do País, por exemplo, e Afonso Dhlakama sequer ainda se deslocou à zona sul. Enquanto isso, Filipe Nyusi perdeu mais tempo da sua campanha nas províncias de Gaza e Cabo Delgado.

A apresentação frisou que notavelmente, os candidatos estão a concentrar-se nas duas províncias mais populosas do país, os maiores círculos eleitorais, nomeadamente: Nampula e Zambézia.

Pior cobertura eleitoral desde 1994

Fernando Lima que fez uma apresentação sobre a cobertura da campanha pela mídia, disse que esta é pior desde 1994. Criticou o uso da televisão de Moçambique para a campanha do partido Frelimo, abstendo-se de fazer comentários sobre rádio Moçambique, alegando que não tem estado a acompanhar com regularidade as suas emissões.

Lima criticou, ainda, a cobertura parcial do jornal Notícias que, apesar de não ser público do ponto de vista jurídico-legal, é de capitais maioritariamente públicos, do Banco de Moçambique.

Em anexo algumas apresentações disponíveis